



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião do 25º Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES

Palácio do Planalto, 1º de abril de 2008

Mais uma vez, os meus agradecimentos pelo fato de os conselheiros e as conselheiras serem militantes aguerridos das reuniões que fazemos aqui a cada três meses. Segundo, quero dizer que é sempre muito difícil a gente chegar, quando já houve a exposição sobre a área econômica, e eu não quero repetir nem o que o Guido falou e nem o que o ministro Veloso falou. Mas queria abordar um tema com vocês, porque eu me sinto uma espécie de animador das coisas que eu acho que devem acontecer no nosso Brasil.

Vocês sabem que a crise americana preocupa todas as pessoas de bom senso, eu diria, todas as pessoas que têm juízo, porque nós sabemos a importância dos Estados Unidos no comércio mundial, tanto a sua capacidade de venda, quanto a sua capacidade de compra. E nós sabemos que se uma recessão prolongada acontecer nos Estados Unidos, pode ter reflexos na economia mundial e, certamente, o Brasil não estará imune a uma crise profunda nos Estados Unidos. Essa crise, diferentemente de outras crises, é uma crise que a gente vai tomando pílulas, todo santo dia, porque ela não aparece na sua totalidade. É como se fosse uma CPI, todo dia aparece uma notícia, todo dia aparece uma denúncia, todo dia aparece uma coisa, e nós ainda não temos o quadro montado da crise americana.

O dado é que ela é grave, pelas proporções das exigências que o governo americano já teve que participar, já é grave por conta da participação dos bancos centrais europeus, tendo que enxertar dinheiro e criando alguns Proer para evitar que instituições que pareciam inatingíveis e foram atingidas, que participavam de uma jogatina, porque aquilo era uma jogatina, essa é a



verdade. As pessoas não se contentaram em ganhar muito dinheiro, quiseram ganhar muito e muito fácil. Aconteceu o que aconteceu.

A única diferença que nós temos agora, de outras crises – não vou nem pegar a crise de 1929, mas também não vou pegar apenas a crise asiática, mas outras crises que o continente e que o mundo passou, que tiveram repercussões mais fortes nos países mais pobres – é que existem coisas novas nesse mundo. Existem os chamados *BRICS*, existe uma capacidade de crescimento de países que há muito tempo não cresciam, existe a consolidação de um processo democrático na África. Para dar um exemplo para vocês, Angola, que fez a sua independência em 1975 e entrou em guerra civil no mesmo ano, faz apenas dois anos que Angola está vivendo um tempo de paz e a economia está crescendo acima de 20%. Portanto, é uma novidade extraordinária de um país que está quase na nossa cara, e outros países africanos que estão crescendo. Então, é verdade que o chamado mundo desenvolvido, via Estados Unidos, tem uma crise, mas é verdade que outros países estão em situações que não estavam em outros momentos de crise no mundo.

No caso do Brasil, nós temos que ter muito cuidado porque, embora estejamos em uma situação infinitamente melhor, a nossa vulnerabilidade é menor do que em qualquer outro momento, mas nós precisamos saber que nós ainda estamos consolidando determinado jeito de governar este País e nós pretendemos não facilitar um milímetro sequer. Nós nem vamos comer muitas bacias de jabuticaba, nem vamos comer caroço. Vamos continuar do jeito que nós estamos porque está bem.

Eu acho que nós temos que acompanhar, acompanhar direitinho, tomando as medidas que tivermos que tomar. Temos que ter uma política. Por isso a política industrial não foi lançada ainda, porque quando ela estava quase pronta para seus debates finais, nós resolvemos introduzir a discussão, dentro da política industrial, da questão das exportações, para ver que tipo de política



de exportação nós vamos adotar dentro da política industrial, para favorecer a relação do Brasil com o mundo. Eu penso que dentro de 10 ou 15 dias, mais ou menos, nós poderemos estar anunciando a política industrial.

Agora, vocês sabem que nem sempre as coisas que são aprovadas, transformadas em lei, começam a funcionar do jeito que a gente gostaria ou imaginava – antes de fazer a lei –, no dia seguinte. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, tem lugares no Brasil em que as pessoas criaram dificuldades para a Lei. Alguns até aumentaram impostos, em função do medo de reduzir a cobrança do ICMS. Obviamente que uma política industrial não vai resolver todos os problemas do Brasil, mas ela vai dar uma direção e vai mostrar que acabou o tempo em que a gente achava que a própria sorte do mercado iria definir que tipo de política industrial nós queríamos. Na verdade, nós estamos fazendo isso sem que haja um projeto delineado, como pretendemos apresentar agora, e eu acho que isso é extremamente importante para o Brasil.

Eu tenho viajado o Brasil nesses últimos dias, nessas últimas semanas, por conta do PAC. Eu penso que muita gente, nem dentro do governo e nem no meio empresarial, ainda não tem noção do impacto que o PAC está causando neste País. Muitas vezes, nós trabalhamos apenas em função das “macrocoisas” que acontecem no Brasil e, muitas vezes, a gente deixa de perceber as chamadas “microcoisas” que acontecem, em dezenas ou milhares de micromunicípios, e que terminam resultando em benefícios extraordinários.

Hoje, eu diria que em quase todos os estados da Federação, pelo menos em metade ou 60% dos municípios tem alguma obra em andamento. Isso significa que a construção civil vai trabalhar mais do que já trabalhou em qualquer outro momento, que a economia vai crescer... Eu não sei se é correto ou não, mas acho que o IBGE deveria fazer uma investigação do crescimento da economia, do emprego, da distribuição de renda, também nas pequenas e médias cidades brasileiras, e não ficar preso apenas às regiões metropolitanas,



porque elas mostram um lado da fotografia. Talvez falte o joelho, a canela, a coxa, ou seja, alguma coisa precisa ser feita para mostrar essa dimensão do Brasil que as pesquisas, muitas vezes, não conhecem, ou porque fica muito caro pesquisar com mais profundidade.

Eu tive a oportunidade, nesta semana, de participar de três eventos que são extremamente importantes, dois em Pernambuco. Finalmente, a assinatura do contrato, com a PDVSA, da Refinaria Abreu e Lima, e uma visita ao Estaleiro Atlântico Sul, que está sendo construído em Suape para produzir navios de grande porte e, ao mesmo tempo, produzir plataformas da Petrobras. Ontem, eu tive a oportunidade de fazer uma viagem, que era um sonho. Nós lançamos a pedra fundamental, há um ano e meio, e ontem fomos ao Rio de Janeiro fazer o início da terraplanagem do maior investimento público-privado que está acontecendo hoje na América Latina, que é o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, o Comperj. São 8,4 bilhões de dólares de investimentos, envolvendo dezenas de cidades e dezenas de cursos que a própria Petrobras está patrocinando para preparar mão-de-obra. Em torno do Comperj deverão surgir outras dezenas de indústrias de terceira geração na área petroquímica, o que é uma coisa extremamente importante para o nosso País.

Finalmente, eu acho que uma coisa que está acontecendo, que as pessoas ainda não querem entender, apesar das pesquisas: é o que está acontecendo no meio das camadas mais pobres deste País. Essas pessoas começaram a ter o gosto de cidadania chegando dentro de suas casas. E o que nós estamos fazendo em obras de investimentos em urbanização de favelas e saneamento básico é algo sem precedentes na história do País. O que nós estamos fazendo, na verdade, ministro João Paulo dos Reis Veloso, é tentar começar a desmontar a irresponsabilidade urbana que, durante 40 anos, se permitiu que acontecesse neste País. Eu falei “40 anos” para ser condescendente, para não falar “apenas 25 ou 30 anos” em que o descaso com os mais pobres foi tanto, que as favelas triplicaram em quase todas as



regiões metropolitanas neste País. E triplicaram com a ajuda de todo mundo, com a irresponsabilidade do governo federal, de governos estaduais, de governos municipais, de Câmaras de Vereadores, de deputados... Todo mundo que deveria fazer uma intervenção quando tem uma primeira ocupação, uma primeira casa, que é apenas um problema social pequeno... Quando tem mil, se transforma num problema político de monta, que fica pelo menos três, quatro vezes mais caro do que se tivesse sido evitado que as pessoas ocupassem um lugar de risco e procurassem um terreno mais decente para elas fazerem as suas casinhas.

O PAC, no fundo, começa a fazer essa reversão, e eu penso que nós vamos sentir isso daqui a quatro ou cinco anos. Eu penso que o PAC é um processo. Inclusive, se eu soubesse da importância dele, eu deveria, quem sabe, tê-lo pensado no primeiro mandato, porque o PAC está ensinando o governo a desburocratizar o próprio governo. É inimaginável como é difícil as coisas acontecerem, e não é culpa de ninguém. Ontem eu recebi uma carta do Antonio Ermírio de Moraes agradecendo porque, finalmente, depois de duas dezenas de anos, Tijuco Alto foi liberado para que fosse construída a hidroelétrica.

Eu já aprendi a não criticar ninguém individualmente. É um conjunto de arcabouço legal que nós construímos, ao longo da história, e na hora em que você vai destrinchá-lo para fazer uma coisa, percebe que é uma teia de aranha que está enganchada em outros lugares e a coisa não anda. Nós estamos, aos poucos, tentando deslanchar isso. É um processo e eu tenho certeza de que nós vamos, daqui a dois anos, ser um Brasil muito mais ágil e muito mais leve. Só para vocês terem idéia, a licença prévia para a construção do Comperj demorou apenas seis meses, o que não é uma coisa fácil de fazer, até porque é uma área que envolve 45 milhões de metros quadrados. O Comperj equivale a sete Reduc, no Rio de Janeiro. Só o movimento de terra equivale a 12 Maracanãs cheios de terra até a antena parabólica. Nós conseguimos o



licenciamento em apenas seis meses, o que eu penso que é o recorde da história deste País, de uma obra dessa magnitude, você conseguir fazer. Tem coisas assim, tem coisas que são muito difíceis. Entre você fazer e elas acontecerem, existe uma demora muito grande, e isso o PAC está nos ensinando.

Eu até gostaria que o Conselho, dentro das possibilidades, nos seus estados, que vocês pudessem visitar o que está acontecendo em cada capital. Posso dizer para vocês, seguramente, que nenhuma região metropolitana do Brasil recebeu, de uma única vez, a quantidade de aporte financeiro que está recebendo, ou do Orçamento-Geral da União, ou de financiamento da Caixa, com dinheiro do FAT e do Fundo de Garantia, ou com dinheiro do BNDES, uma parte com orçamento dos próprios estados. Uma grande maioria com situação financeira muito difícil. Municípios que não têm sequer dinheiro para dar a contrapartida. Então, eu quero dizer para vocês que está acontecendo uma revolução que muita gente ainda não descobriu neste País e ela é muito grande. Eu vou dar um exemplo: Pernambuco tem 180 municípios e 161 têm obras do PAC. Se você for a qualquer outro estado, vai perceber que 50%, ou mais de municípios têm obras do PAC. Ou é habitação, ou é esgotamento sanitário, ou é adutora, ou é um investimento, mas tem obra do PAC. Essas coisas estão acontecendo e os números começam a aparecer, com a ascensão de determinados setores, para determinados segmentos da sociedade brasileira.

Ora, eu penso que no Brasil nós ainda trabalhamos com muita dúvida. Eu quero dizer para vocês que eu nunca, nunca na minha vida trabalhei com um plano “B”: eu estou trabalhando assim, mas se acontecer alguma coisa, como é que eu faço? Se o plano “B” for mais fácil de executar do que o plano “A”, você nem executa o “A”, já começa pelo “B”. Então, nós temos que ser teimosos e continuar fazendo o que está dando certo. Nós não temos porque não continuar fazendo o que está dando certo e aprimorar as coisas que



estamos fazendo. Afinal de contas, demoramos tanto para chegar aqui. Qual é a razão de você pensar em fazer um contorno qualquer? Contorno só será feito nas rodovias, nas ferrovias que tem por aí, mas na política econômica nós estamos no caminho certo.

De vez em quando eu fico meio chateado porque as pessoas costumam falar de gasto do Estado. Se nós imaginássemos os gastos do Estado que nós tínhamos na década de 70, no auge do “Milagre Brasileiro” e o crescimento do Brasil... De vez em quando, João Paulo dos Reis Veloso, o pessoal aqui me critica, não o pessoal, mas a imprensa normalmente: “o Lula falou bem do Geisel”. É porque foi o último momento de grandes investimentos em infraestrutura neste País. Eu estou falando de 1975 a 1980. De 80 para cá vocês procurem saber quais os grandes investimentos que este País fez. E cresceu tudo, razoavelmente. A agricultura brasileira, em 1995 a gente produzia em 37,9 milhões de hectares, 57 milhões de toneladas. No ano passado produzimos 133 milhões de toneladas em 47,9 milhões de hectares. Cresceu barbaramente e vai crescer mais, porque tem um agente novo no mercado. Os chineses estão comendo mais, os indianos estão comendo mais, os africanos estão comendo mais, a América Latina está comendo mais, no Brasil as pessoas estão comendo mais. Então, nós temos que nos preparar para mais produção. E quem pode competir nessa área, mais do que o Brasil? Então, as vezes as pessoas ficam achando que a gente não deveria falar dos bons exemplos.

O dado concreto é que o País ficou atrofiado muito tempo. Poder-se-ia perguntar para o setor da construção civil, quase 20 anos só dispensando trabalhadores, para agora começar a recuperar. Poder-se-ia pensar no que aconteceu na indústria naval do Rio de Janeiro. A indústria naval do Rio de Janeiro saiu de 50 mil trabalhadores, na década de 70, para 3 mil trabalhadores no ano 2000, e agora está voltando a ter 36 mil trabalhadores, porque este País soube fazer navios nas décadas de 60 e 70. Agora, na



medida em que entrou um conjunto de pessoas que começa a dizer que o Brasil não precisava de política industrial, que o mercado resolvia tudo, nós ficamos sem o mercado resolver e sem política industrial. Então, agora, estamos correndo atrás do tempo perdido. E vamos correr porque eu acho que o brasileiro tem criatividade, é sagaz nessas coisas, e nós vamos conseguir atingir esses objetivos.

Quero dizer para vocês o seguinte: se tiver alguém mais otimista do que eu, não é aqui no Brasil, porque eu sou um otimista. Obviamente que se eu fosse ler alguns articulistas que falam de economia, eu ia embora todos os dias de manhã ou nem vinha para cá, porque é impressionante, João Paulo dos Reis Veloso, como tem gente que acorda torcendo e pedindo a Deus que o Brasil não dê certo. É como se o cara soubesse que a ex-namorada dele vai se encontrar com o namorado novo, e ficasse torcendo para um ônibus atropelar um dos dois, para eles não se encontrarem. É um tipo de gente que trabalha sempre pensando que as coisas boas não podem acontecer neste País, porque não foi ele quem criou.

E aí o Conselho teve um papel importante. Possivelmente, a gente vá ter escrita e carimbada a idéia deste Conselho, daqui a alguns anos. Eu penso que muitas das sugestões que vocês deram aqui – sempre muito educados, muito delicados, ninguém nunca fala com a veemência de uma assembléia, seja na sede empresarial ou na sede sindical – mas deram contribuições extraordinárias para que a gente fosse fazendo reflexões sobre os problemas que nós tínhamos. Sobretudo porque vocês participaram nos momentos bons e nos momentos difíceis deste Conselho.

Eu penso, Gerdau, que é prudente que a gente trabalhe um pouco o aprimoramento deste Conselho: até aqui nós produzimos o quê, e o que é importante a gente produzir daqui para a frente? Qual é o papel que o Conselho pode ter daqui para a frente? Definir uma pauta de temas, montar grupos até fora do Conselho para apresentar o esboço inicial, para a gente



fazer do Conselho uma espécie de motor que possa proporcionar a alavancagem de novos temas a serem debatidos aqui. E vejam como nós evoluímos. Quando eu propus a criação do Conselho, houve uma reação imediata no Congresso Nacional, dizendo que eu estava querendo substituir o Poder Legislativo. Cinco anos se passaram, nós não substituímos nada e não queremos fazer o papel que eles fazem. Nós queremos apenas, enquanto sociedade civil, fazer a discussão que muitas vezes não conseguimos fazer em outro lugar.

Portanto, ministro José Múcio, eu acho que seria importante que a gente estabelecesse um calendário. Eu não sei se caberia aqui propor a vocês – uma provocação – fazer uma discussão sobre reforma política, que eu acho que é a mais importante de todas elas, e não sei por que as pessoas não querem fazer. A gente percebe a fragilidade dos partidos, as debilidades, e as pessoas não querem fazer. Mas, quem sabe, este Conselho pudesse criar um grupo de trabalho, convocar quantos pesquisadores, estudiosos, para virem fazer o debate e a gente apresentar para a sociedade: “está aí, olhem. Querem fazer o debate, vamos fazê-lo”. Como também outros assuntos.

Noutro dia – eu não sei se está aqui o companheiro Paulinho, da Força Sindical – ele me falava da questão de jogos aqui no Brasil, sei lá se bingo, se cassino... Eu falei: vamos falar com o Paulinho. Proponham um grupo de trabalho e apresentem uma proposta para o Conselho debater. Aqui não tem tema proibido. Aliás, o lema deste Conselho é “é proibido proibir”. Aqui se discute tudo, encaminha-se aquilo que for importante levar para a frente, e aquilo que não for, fica para a história.

Eu quero dizer para os companheiros que nós estamos indo nesta semana ao Rio Grande do Sul, onde também tem muitos investimentos do PAC; depois falta Minas Gerais, que tem muitos; e São Paulo, que são 8 bilhões de investimentos do PAC. O Paulo Godoy vai se matar de trabalhar para ver se consegue, até 2010, concluir todas essas obras.



Da parte do governo, eu queria dizer para vocês uma coisa: não tem tema que não possa ser debatido. Da nossa parte, não tem tema. Basta que vocês apresentem a proposta ao Ministro, a gente organiza... O Fernando Haddad não estava na agenda para vir aqui hoje. Eu é que pedi para ele vir aqui, pelo entusiasmo dele com essa questão de socializar um pouco melhor a possibilidade dos “S” atenderem os estados mais pobres da Federação. Eu falei: você vá lá, faça uma pequena exposição, constitui-se um grupo de trabalho, o Armando reúne as federações e vamos fazer um debate, porque o que nós queremos é ver se a gente melhora o que existe neste País.

Por isso, eu quero agradecer a vocês e sugerir, José Múcio, pelo amor de Deus, não permita mais servir comida na hora do debate, no horário que o ministro Paulo Reis Veloso foi falar... Eu sei que é duro a gente competir entre o estômago e ouvir um bom palestrante, mas não é bom. Peça aos seus companheiros que não sirvam lanche na hora do debate, porque fica vazio. Olhei aqui na minha frente e tinha pouca gente. Eu acho que o ministro João Paulo dos Reis Veloso falou coisas que, certamente, o Guido tinha dito antes, e eu não ouvi.

Nós precisamos mostrar ao mundo que, antes de tudo, este País é sério. Eu tenho uma preocupação enorme de pedir ao Guido, todos os dias: Guido, eu quero saber quais são os gargalos. Miguel Jorge, quais os gargalos que nós estamos enfrentando, porque a gente precisa chamar esses gargalos para conversar e saber o que vai acontecer. Todo mundo aqui sabe que é muito importante o crédito continuar crescendo, é muito importante o consumo continuar crescendo, mas todo mundo sabe que é importante que cresçam os espaços na fábrica para produzir, porque na hora em que houver um descompasso, todos nós sabemos que o risco é muito grande e já vivemos isso em outras vezes. Então, vamos descobrir quais os gargalos, incentivar, criar.

A situação do petróleo no mundo é muito complicada, porque todas as empresas estão investindo muito e as empresas que produzem componentes



para as indústrias de petróleo não estão conseguindo atender a demanda. A Petrobras saiu de 200 dias, em média, de espera, para 400 e poucos dias. É chamar os industriais que produzem e discutir políticas especiais para poder atender essa demanda. Espero que a indústria automobilística faça muitos investimentos, está precisando fazer uma fábrica nova, aumentar os espaços. Espero que o comércio continue vendendo muito mais, porque quando o comércio vende do jeito que está vendendo, eu sei que a comida está chegando à boca do pobre, e quando está chegando à boca do pobre a gente percebe que ele vai aos atos públicos mais feliz, mais alegre. Eu acho que é este País que nós poderemos consolidar. Já tivemos outros momentos excepcionais e que depois resultaram em nada. Então, eu acho que agora, todos nós que somos oriundos da década de 60 e 70 aprendemos que a gente não pode retroceder. Não há espaço para retroceder e não há disposição. Naquilo que depender do governo, podem ficar tranquilos, Toninho Trevisan e companheiros, que a gente vai levar avante.

A política tributária, eu tenho dito para os deputados que deve ser transformada em uma questão de honra eles aprovarem este ano. Não é possível, se está todo mundo de acordo, vai lá e vota. Não há por que não votar. Então, eu acho que deve ser transformada, Armando, em uma questão de honra. Vota o grosso e depois tenta consertar o que precisar consertar. Eu posso dizer aos companheiros que eu tenho disposição, obviamente de não substituir os meus ministros, mas fazer da política industrial uma grande bandeira, sobretudo quando se trata de inovação e envolve a questão de biocombustíveis. Eu acho que essa é uma coisa que eu quero levar nesses próximos dois anos e nove meses com muita força, com muita garra, porque eu acho que o Brasil, definitivamente, precisa se consolidar. Estou disposto a fazer o debate internacional sobre a questão ambiental, adoro uma polêmica internacional, sobretudo quando esse debate é com as pessoas que já desmataram mais do que nós. O Brasil está preparado para isso, o governo



está preparado para isso e eu estou muito motivado para que a gente continue andando a passos largos. No mais, muito obrigado a todos vocês e até a próxima reunião.

Um aviso, ontem eu vetei um artigo no projeto de lei que foi aprovado ontem, que em um primeiro momento foi aprovado na Câmara, e colocava a fiscalização apenas para o Sindicato dos Trabalhadores. Aí, foi para o Senado e colocaram uma fiscalização do Tribunal de Contas em cima das Federações, Confederações e o Sindicato. Aí, na hora em que vieram me trazer para assinar, eu me lembrei que passei 30 anos da minha vida lutando por liberdade e autonomia sindical, e eu não podia compactuar com o fato de tirar do Ministério do Trabalho e colocar no Tribunal de Contas da União, para ficar fiscalizando o Sindicato. Deus queira que tanto a categoria de empresários, quando a categoria dos trabalhadores fiscalizem os seus sindicatos.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)